

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 06-5-2019.

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal e Paulo Brum. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, André Carús, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, José Freitas, Karen Santos, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. A seguir, a Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a José Luís Vieira Ventura, Presidente do Complexo Esportivo Barro Vermelho, que se pronunciou acerca da importância do Centro de Artes e Esportes Unificados para a comunidade do Bairro Restinga. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Marcelo Sgarbossa e João Bosco Vaz manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Ainda, a Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a José Luís Vieira Ventura. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do Dia do Policial Civil e Militar, nos termos do Requerimento nº 033/19 (Processo nº 0127/19), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Mônica Leal e Paulo Brum, presidindo os trabalhos; Mário Yukio Ikeda, Comandante-Geral da Brigada Militar; Nadine Anflor, Chefe da Polícia Civil; Marcos Vinícius Souza Dutra, Chefe do Estado Maior da Brigada Militar; Fábio Motta Lopes, Subchefe da Polícia Civil. Foi executado o Hino Nacional pela Banda da Ajudância-Geral da Brigada Militar, sob a regência de Jailson Alexandre da Silva Gonçalves. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Mônica Leal, em nome da Mesa Diretora. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Comissário Rafão Oliveira. Em prosseguimento, a Presidente concedeu a palavra a Fábio Motta Lopes e a Mário Yukio Ikeda, que se pronunciaram acerca da presente solenidade. Foram executados a Canção da Brigada Militar e o Hino Rio-Grandense pela Banda da Ajudância-Geral da Brigada Militar, sob a regência de Jailson Alexandre da Silva Gonçalves. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e quatro minutos às quinze horas e trinta e sete minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Ricardo Gomes, Valter Nagelstein, este em tempo cedido por Paulinho Motorista, e Dr. Goulart, em tempo cedido por Professor Wambert. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Aldacir Oliboni, Nelcir Tessaro e Prof. Alex Fraga. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Mauro Pinheiro e Engº Comassetto, este em tempo cedido por Mauro Zacher. Em COMUNICAÇÃO DE

LÍDER, pronunciou-se Mauro Pinheiro. Foi aprovado Requerimento de autoria de Professor Wambert, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia seis ao dia oito de maio do corrente. A seguir, foi realizada a chamada para ingresso na Ordem do Dia, constatando-se a inexistência de quórum deliberativo. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 037/17 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 026 e 044/19 e 183/18, este discutido por Prof. Alex Fraga; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 159/18 e 054/19. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Mauro Pinheiro. Durante a sessão, Idenir Cecchim, Ricardo Gomes, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Cláudio Conceição, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Felipe Camozzato e Engº Comassetto manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Afonso Hamm, deputado federal. Às dezessete horas e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal, Paulo Brum e João Carlos Nedel e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Complexo Esportivo Barro Vermelho, que tratará de assunto relativo à importância do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU, para a Comunidade da Restinga. O Sr. José Luís Vieira Ventura, presidente da entidade, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. JOSÉ LUÍS VIEIRA VENTURA: Boa tarde a todos. Quero agradecer a oportunidade que a Presidente da Câmara, Ver.^a Mônica Leal, está dando para eu falar sobre a importância da praça de esportes para a comunidade da Restinga, e ao líder também Ver. Mauro Pinheiro.

Para iniciar, eu gostaria de apresentar como era antes o espaço em que está sendo construído o CEU das artes. Temos um vídeo de um minuto para ser passado. O meu nome é José Luís Vieira Ventura, sou morador da Restinga há mais de 40 anos, há 32 anos, venho atuando como líder comunitário, fui conselheiro do Orçamento Participativo por três mandatos na temática educação, esporte e lazer. Também atuei como coordenador do Fórum de Segurança da Restinga, coordenador da Coras da Restinga. A minha entidade é o Complexo Esportivo Barro Vermelho, que atua com atletismo e cultura. Estou me graduando em gestão desportiva e lazer no Instituto Federal Campus Restinga. Em 1987, atrás da Escola Lidovino Fanton, havia um terreno alagadiço que estava com várias ocupações, com mais de cem casas, e o poder público não conseguia tirar as casas de lá. Através de um projeto voltado para o Complexo Esportivo, a gente conseguiu transferir esse espaço para uma outra área logo ali, que dava mais segurança para a escola. Ali havia baratas, ratos, estupro, drogadição, tudo

que se possa imaginar. Os CEUs são construídos em áreas de vulnerabilidade social e pessoal, apresenta-se como única alternativa para aquela comunidade, que muitas vezes está excluída pelo poder público. Com isso, eles vêm fazendo a diferença no território no qual estão inseridos. Porto Alegre, apesar de ser uma referência política no Orçamento Participativo, no Fórum Social Mundial, nunca pensou em ter um CEU das artes. Em 2010, a Secretaria Municipal de Recreação e Lazer, através do professor Edgar Meurer, secretário municipal, chamou a liderança comunitária José Ventura, Presidente do Complexo Esportivo do Barro Vermelho, da Restinga, para estar à frente desse projeto do CEU, e pela Lomba do Pinheiro chamou outra liderança. O CEU veio para a Restinga, porque a Restinga é uma comunidade com alto índice de vulnerabilidade social e pessoal e não tem um equipamento público, sendo que o público da região e do entorno é beneficiado por programas do governo federal, como o Minha Casa, Minha Vida, auxílio-reclusão, Bolsa Família. E um dos fatores muito importantes que contribuiu foi o Índice de Desenvolvimento Social Municipal, o IDHM, para que esse projeto fosse incorporado dentro da comunidade da Restinga. O cronograma para que fosse instalado o CEU, através da Secretaria Municipal de Esportes, foi em 2010: em 9 de setembro, teve o informe aos municípios; 13 de setembro, a portaria disponível na Internet; de 20 de setembro a 29 de outubro, envio das cartas-consulta pelo Município para que fosse para o Ministério da Cultura; de 1º de novembro a 9 de dezembro, teve uma análise para ver quais municípios seriam contemplados com a praça do CEU; a divulgação dos selecionados saiu dia 10 de dezembro, sendo que Porto Alegre foi contemplada com duas praças, ambas são de 3.000 metros quadrados de área e mil metros quadrados de espaço construído. A primeira placa do início da obra foi em 2015, teve início em 2016, uma parada, retornando em 18/10/2017. Esse é o vídeo que conta como era a área antes.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

SR. JOSÉ LUÍS VIEIRA VENTURA: O prazo da entrega da obra é 30 de junho de 2019, conta com dois edifícios de multiuso, onde tem cinema, teatro, telecentro, um CRAS, uma pista de caminhada, uma biblioteca, duas salas de multiuso, equipamento de ginástica, *playground*, equipamento para fazer musculação abdominal. E o CEU tem umas plaquetas de acessibilidade escritas em braile, para que a comunidade que tem algum tipo de deficiência possa se orientar sozinha.

Nos dias 2, 4 e 5 de junho de 2002, fui a Brasília, no Seminário Internacional das Praças dos Esportes. De maio a setembro de 2012, estive fazendo um curso em gestão de equipamentos pela Fundação Getúlio Vargas, em nível A, pelo MEC. Nos dias 2 e 3 de dezembro de 2014, fui a Brasília, no Seminário Nacional para Captação de Gestores da praça – CEU da Restinga, encaminhado pela Secretaria Municipal de Esportes. No dia 12 de abril de 2018, fui no 7º Encontro de Ativação Regional das Praças CEU, em Campo Bom, Rio Grande do Sul, representando o CEU Restinga pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Já foram feitas seis oficinas de mobilização social, está faltando somente a sétima, que é intervenção artística, que

acontecerá assim que os prédios forem entregues. A mobilização social aconteceu de julho a dezembro de 2017, onde se faz a agenda de como irão funcionar as atividades no espaço público, que irá se tornar uma referência na comunidade, sendo que a obra tem 95% de espaço concluído já. Já existe uma equipe formada, a UGL – Unidade Gestora Local, com representação de vários segmentos da Prefeitura. O CEU é uma praça pública de livre acesso nos três turnos e irá atender todos os moradores que vivem diretamente no entorno deste equipamento público. O CEU não tem grades na janela, e também o gradil que está em frente, futuramente, irão ver, será retirado, porque, nesse projeto, a comunidade tem que se apropriar do espaço público. Todo espaço público é comunitário, ele não é um espaço que tem que ser cobrado, restrito a determinado público. Existe um conselho gestor na praça CEU Restinga que é deliberativo e fiscalizador, tripartite, comunidade, sociedade civil organizada, no qual vem se reunindo quinzenalmente. Existe uma orientação, durante o período eleitoral, que a implementação das PECs segue normalmente. O processo eleitoral impõe ao governo que suas atividades, sendo feita por meio de agentes públicos e servidores, não haja favorecimento por qualquer meio, candidato de partido político ou coligação. Isso quer dizer que a Praça do CEU não pode ser usada como palanque político por ninguém, nem sociedade civil, nem governo. Isso está dentro de uma cartilha da CEU.

(Procede-se à apresentação de PowerPoint.)

SR. JOSÉ LUÍS VIEIRA VENTURA: Aqui o CEU como ele está hoje, uma realidade saindo do papel, graças à Secretaria Municipal de Esportes e o esforço que o Secretário Municipal de Esportes Edgar Meurer fez, lá atrás, para que esse evento viesse para Porto Alegre, principalmente para a Restinga.

Muito obrigado pelo espaço que me foi cedido.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convido o Sr. José Luís Vieira Ventura a fazer parte da Mesa.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos, Presidente Mônica, Sr. Ventura, já nos conhecemos há algum tempo, não é só no atletismo que o senhor ajuda a organizar, mas também nas corridas de bicicletas, fizemos uma lá na Restinga, com o seu apoio, há uns 3 ou 4 anos. Primeiro, queria parabenizá-lo, aquele vídeo para mim foi muito tocante, relata o seu trabalho, e não há aqui nenhum messianismo, não precisamos depositar as esperanças numa pessoa, mas sim num grupo, numa ideia, e o senhor representa essa ideia da Restinga como uma comunidade que se move, que luta pelos seus direitos. O CEU certamente é um direito e não um privilégio. Então, até fico feliz que hoje tenhamos uma tarde de homenagens

aqui à Polícia Civil, à Brigada Militar, porque, justamente, quando falamos em segurança pública, estamos falando naquela sua frase ali: “O menino que atira pedra nos carros pode ser um bom arremessador, o menino que pula numa casa...” Agora não lembro da sua frase, enfim, dizer que é pela inclusão social, sim, que nós conseguiremos também reduzir as nossas questões de violência que tanto afligem toda sociedade. Então, parabéns, contem conosco, aqui é meramente uma saudação aqui do microfone de aparte, sei que o Ver. Bosco tem mais elementos. Também devo saudar aqui o ex-secretário Edgar, lembro que é um batalhador desse tema das praças e parques públicos. Então, fiquei feliz em saber, como o senhor relatou ali: “Que não haverá cerca, será usado nos três turnos”. Ou seja, um equipamento público servindo ao público. Parabéns, Sr. Ventura, pela luta e para toda comunidade da Restinga. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Presidente, caro amigo Ventura, que é um batalhador incansável por tudo que a gente defende, desde que eu fui secretário de esportes, muito antes, com a Prof.^a Rejane, com o secretário Meurer, que hoje é o presidente do Conselho Regional de Educação Física, nós sempre procuramos reconhecer o teu trabalho, e ajudar dentro do espírito das políticas públicas. Falaste muito bem: “Sem política partidária.” O importante são as políticas públicas para tirar das ruas e das drogas as crianças e os adolescentes. Esse empreendimento, que o Prof. Edgar acompanhou muito de perto, é tudo que nós, que defendemos o esporte como qualidade de vida e de inclusão social, precisamos de um aparelho bonito, lindo como esse! Quero, mais uma vez, parabenizar o teu trabalho voluntário, cuidando daquelas crianças e dos adolescentes e sempre batendo de porta em porta com espírito público, vou repetir, das políticas públicas para quem mais precisa. Um abraço, Ventura, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Agradecemos a presença do Sr. José Luís Vieira Ventura, quero aqui, como Presidente, em nome de todos os vereadores, dizer que comungamos do mesmo sentimento, que as nossas crianças e jovens precisam de políticas públicas para que tenham um futuro promissor. A Casa está sempre aberta para o senhor e suas demandas.

O Sr. José Luís Vieira Ventura está com a palavra para as suas considerações finais.

SR JOSÉ LUÍS VIEIRA VENTURA: Muito obrigado. Quero agradecer aqui a oportunidade que foi dada pela Presidente da Câmara Municipal, também

agradecer ao Ver. Mauro Pinheiro e frisar, novamente, que o CEU só existe porque, lá atrás, um secretário acreditou; se não tivesse acreditado, hoje, a gente não teria essa obra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Encerramos a Tribuna Popular.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Gostaria de registrar a presença do deputado federal Afonso Hamm; seja muito bem-vindo a esta Casa.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia do Policial Civil e Militar, nos termos do Requerimento nº 33/19, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Coronel Mário Ikeda, comandante-geral da Brigada Militar; Sra. Delegada Nadine Anflor, Chefe de Polícia; Sr. Coronel Marcus Vinícius Souza Dutra, chefe do Estado-Maior da Brigada Militar; Sr. Delegado Fábio Motta Lopes, subchefe de Polícia Civil.

Convidamos todos os presentes para, em pé, ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda Ajudância Geral da Brigada Militar, regida pelo Sargento Jailson Alexandre da Silva Gonçalves.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): É sempre motivada por um sentimento de dever e gratidão que proponho homenagens às nossas Polícias, na Câmara Municipal de Porto Alegre, e fico sempre muito feliz de vê-los aqui sendo recebidos, integrados e no diálogo com a Casa do Povo de Porto Alegre. A data que marca o Dia do Policial Civil e do Policial Militar, o 21 de abril, exalta Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Demonstrações de coragem e amor à Pátria fizeram com que Tiradentes se destacasse entre os que tombaram nas revoltas, que lutaram pela independência do País. Pelo fato de ter mostrado grande bravura no exercício junto às tropas que cuidavam da ordem pública, na época do Brasil Colônia, por justiça, foi

aclamado como o patrono das polícias brasileiras. Tiradentes pode ser visto igualmente como um patrono cívico do Brasil pelo seu exemplo e sua conduta, enquanto cidadão e líder. Desde o decreto-lei de 20 de abril de 1946, é o patrono das polícias civil e militar. Sou uma entusiasta e uma admiradora das nossas polícias, pelas quais tenho uma ligação estreita e afetiva devido à trajetória do meu pai, Cel. Pedro Américo Leal, que construiu carreira militar e muito contribuiu para a Polícia Civil e sua atuação pela área da segurança pública. Nesta fala, registro o meu respeito, os meus cumprimentos permanentes às duas polícias, mencionando-as em conjunto, cada uma com suas particularidades, filosofias e valores, o que confiro não só hoje, mas a cada feito, a cada avanço, a cada missão cumprida que, todos os dias, tem lugar nas ruas do nosso Rio Grande do Sul, nos enfrentamentos, nos flagrantes, nas emergências, nas delegacias, na elucidação de crimes e ilicitudes, em campanhas, operações dentro da corporação, em suas unidades de serviços, postos, sempre no atendimento e na proteção da população. Um trabalho diuturno e incansável que objetiva a ordem e o bem da sociedade e que merece atenção, realizado por mulheres e homens capacitados que prestaram concurso, que se doam, que contribuem com sua coragem e compromisso para a nossa segurança pública. Polícia Civil do Rio Grande do Sul, 177 anos; Polícia Militar gaúcha, 181 anos, ambas instituições mais que centenárias, que muito honram e orgulham os porto-alegrenses e os gaúchos. Sempre preocupadas com a missão de capacitar, de formar e de aperfeiçoar seus quadros acompanhando a história e o desenvolvimento da sociedade, se atualizando, buscando tecnologia e inteligência, e sempre precisando do incentivo dos governos para que realizem seu trabalho da melhor forma, retornando com eficiência. Por isso é tão importante que se reconheça a dignidade do policial no que diz respeito a salários, planos de carreira, bom número de efetivo e condições de trabalho.

Voltando para os civis, quero registrar o quanto me orgulha ver uma mulher, pela primeira vez, ocupando o cargo de Chefe de Polícia, a hierarquia máxima da Polícia Civil gaúcha, configurando um marco na história. Nadine Anflor, que já vinha trilhando um caminho de destaque, foi também a primeira delegada a presidir a Associação dos Delegados de Polícia, o que demonstra a vez e a participação da mulher em todas as áreas, incluindo essa tão importante e desafiante área da segurança, mudando visões, conceitos e contribuindo para a conquista de mais igualdade entre homens e mulheres. Sempre menciono – inclusive a própria delegada Nadine o fez em sua fala, quando tomou posse –, que foi o meu pai, Pedro Américo Leal, quando Chefe de Polícia, no governo Walter Peracchi de Barcelos, o responsável pela entrada das mulheres na Polícia Civil gaúcha, algo para mim muito significativo. Fico imaginando que, neste momento, Nadine, ele te vendo sentada aí, recebendo esta homenagem, sendo a Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, deve estar orgulhoso e em festa no céu. Focando na nossa Brigada Militar, simbolizo o trabalho e a luta de vocês, lembrando a memória do soldado Fabiano Lunkes, atingido por um disparo de fuzil, enquanto participava do cerco à quadrilha que atacou uma agência bancária em Porto Xavier, há dez dias. Ecoa forte o sentimento de pesar à sua família e a toda família brigadiana, a todos policiais, civis e militares, e seus competentes comandos. O meu orgulho, o meu agradecimento, o nosso reconhecimento da Câmara de Vereadores da Capital do Rio

Grande do Sul. Como vereadora e Presidente desta Casa, reforço que a Câmara Municipal de Porto Alegre é um espaço que está sempre de portas abertas para que as instituições sejam recebidas, ouvidas, homenageadas e vistas, sempre, como parceiras das ações que aqui são pensadas em benefício do nosso Município. Muito obrigada, Polícia Civil e Brigada Militar. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) A composição dessa Mesa, Sra. Presidente, mostra que a Polícia Civil e a Brigada Militar são instituições de Estado, não são de um governo, não são de um partido. A Brigada Militar e a Polícia Civil servem ao Estado, ao cidadão do Rio Grande do Sul. Eu vejo aqui essas pessoas fantásticas, e me permita, Sra. Chefe de Polícia, que eu cite o nome da minha amiga, Patricia Tolotti, que faz parte desse grande contingente de mulheres que tem na Polícia Civil, e o nome do Tenente-Coronel Vargas e do Kefren, e em nome deles saúdo todos os oficiais e soldados que aqui estão e aqueles que estão na rua também. É um orgulho para nós, vereadores de Porto Alegre, ver a maneira como essas duas instituições estão se esforçando. Nos últimos dois ou três anos, principalmente, reduzindo os índices de criminalidade, especialmente pela dedicação de cada força, dedicação da força da Brigada Militar, dedicação da Polícia Civil em elucidar os crimes, enfim, o Rio Grande do Sul tem muito orgulho dessas duas grandes instituições de Estado que nós temos: Brigada Militar e Polícia Civil. Vida longa a ambas as instituições que tanto nos orgulham. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Não há, talvez, teoria de estado na qual o primeiro dever de qualquer governo não seja proteger a vida dos cidadãos, proteger os direitos individuais à vida, à liberdade e à propriedade dos cidadãos. E é por isso que a primeira missão de qualquer estado, de qualquer sociedade que se torna política é estabelecer, através das polícias, a defesa dos direitos dos cidadãos. Então, em nome da bancada do Partido Progressista, da Ver.^a Mônica Leal, do Ver. Cassiá Carpes, do Ver. João Carlos Nedel e deste vereador, e também homenagear o nosso deputado federal Afonso Hans que hoje nos visita, dizer que o nosso respeito pela Brigada Militar e pela Polícia Civil nada mais é do que o respeito também pelos direitos de vida, liberdade e propriedade dos cidadãos do Rio Grande do Sul. Nenhum estado que não cumpra com o seu dever de segurança pode ser chamado de Estado Democrático de Direito. E é por isso que temos ambas as polícias a frente como precursoras do papel do poder público na nossa sociedade. Ambas, bravas polícias que têm, infelizmente, muitas perdas de homens e mulheres na defesa da sociedade. Então nós queremos aqui também registrar o nosso voto de pesar

por cada soldado, por cada policial civil que nos deixa quando no cumprimento do dever e, assim, registrar o nosso profundo respeito, admiração e agradecimento à Polícia Civil e à Brigada Militar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Comissário Rafão de Oliveira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR COMISSÁRIO RAFÃO OLIVEIRA (PTB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sr. Coronel Mário Yukio Ikeda, comandante-geral da Brigada Militar; Sra. Delegada Nadine Anflor, chefe da Polícia Civil; Sr. Coronel Marcos Vinícius Souza Dutra, chefe do Estado Maior da Brigada Militar; Sr. Delegado Fábio Motta Lopes, subchefe de Polícia Civil; meus colegas aqui presentes nas galerias; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; cidadãos porto-alegrenses que nos assistem pela TVCâmara; este é um dia muito especial, principalmente para este vereador que recebe nesta Casa a sua família. Eu, como comissário de polícia, filho de policiais, tenho a honra de, neste dia, receber aqueles que eu entendo serem meus irmãos de farda. Encontro aqui alguns dos muitos com quem cerrei fileiras, combatendo o crime, enquanto muitos aqui levaram tiros, quase morreram - a alguns até prestei socorro, pois estavam feridos. Em suma, essa é a nossa vida, servir à sociedade e protegê-la com honra, com disciplina, e, acima de tudo, senhores, com a lei no bolso. A lei é a nossa maior arma. A polícia, em última análise, é a última barreira para combater o caos social; sem ela, não haverá democracia e liberdade. Conseqüentemente e infelizmente, a polícia é injustamente atacada por aqueles que mais precisam - aqueles que mais necessitam da polícia são os que mais atacam, nos chamam de truculentos, nos chamam de violentos, mas não sabem que este País é o local onde mais morre policial em todo o mundo. Nós estamos vivendo não mais uma questão de segurança pública; nós estamos numa verdadeira guerra. Nenhum país convive com uma situação de segurança pública com 66 mil mortes por ano, nenhum país vive em paz com esses números. E nós estamos aqui para imperar e impor a paz E, se a força for necessária, está previsto na lei. E mais que tudo, senhores, meu respeito àqueles que tombaram para que nós déssemos seguimento ao que existe hoje, a proteção da liberdade e da democracia. O mais meu profundo respeito àqueles que estão aposentados, que, depois de 30, 35, 40 anos numa atividade - os senhores sabem muito bem que não temos hora para começar, nem hora para terminar, que as nossas famílias pagam o preço, que muitas vezes não dormimos com aquele grampo tocando toda hora no nosso ouvido. São mensagens de pessoas executando seus alcoses de dentro da cadeia, algo que nenhum Estado permite, e nós estamos aqui resistindo. Senhores, nós não somos culpados por essa violência, pois quem não dá causa não é responsável pelas conseqüências. O local onde se trata as conseqüências é aqui, e aqui temos três representantes das forças: eu, Ver. Cláudio Conceição, inspetor de polícia, e a tenente-coronel Nádia. Talvez este Parlamento nunca tenha tido três policiais em luta pela segurança pública e do servidor da polícia.

Senhores, fica aqui o meu agradecimento, a minha homenagem, e que todos sigam em paz e com Deus no coração. Meu muito obrigado e parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O delegado Fábio Motta Lopes, subchefe da Polícia Civil, está com a palavra.

SR. FÁBIO MOTTA LOPES: Excelentíssima Sra. Mônica Leal, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, em seu nome estendo aqui a saudação da Polícia Civil a todos os vereadores e vereadoras. Saúdo nossa chefe de polícia, Nadine Anflor, querida amiga, e que muito bem representa hoje esses 177 anos da nossa instituição, e também o coronel Ikeda, em seus nomes, saúdo todos os policiais civis e militares que se fazem presentes neste momento de justa homenagem. Saúdo também, de forma especial, os dois vereadores que também representam a Polícia Civil neste Parlamento, O Ver. Comissário Rafão Oliveira e o Ver. Cláudio Conceição, o nosso reconhecimento, e também em seus nomes homenageio o trabalho de todos os representantes do povo de Porto Alegre, os cidadãos porto-alegrenses. Eu não poderia, Ver.^a Mônica Leal, deixar de agradecer em nome da Polícia Civil esta merecida homenagem. Eu tenho dito, já faz algum tempo, que muitos servidores públicos trabalham para salvar vidas da população, mas pouquíssimos são aqueles que colocam a sua vida perante a sociedade para salvar as nossas pessoas, os nossos indivíduos, a nossa população quase que diuturnamente, e aqui falo, com certeza, em nome de todos os policiais civis e militares que diuturnamente agem dessa forma. Então, o nosso agradecimento aqui, em nome da Polícia Civil, por essa homenagem, não ao Fábio, não à Nadine, não ao Cel. Ikeda ou ao Cel. Dutra, mas a todos esses homens e mulheres que, diariamente, agem em prol da segurança pública deste Estado, colocando em risco aqui as suas próprias vidas, como os últimos exemplos aqui no Estado acabaram demonstrando isso que estou dizendo. Todos aqui representam, de uma forma ou de outra, essas características de Tiradentes e do seu pai, nosso ex-chefe de polícia, Cel. Pedro Américo Leal, não só homens bravos, não só homens que lutaram pela melhoria dentro de uma sociedade aos seus respectivos tempos, mas especialmente por serem profissionais de vanguarda, profissionais – como a senhora mencionou – que representaram quebra de paradigmas. Então, na verdade, ao citar aqui não só o Cel. Pedro Américo, mas também o Tiradentes, em razão do 21 de abril, estendo aqui não só o meu reconhecimento, mas da Dra. Nadine a todos os policiais civis, especialmente, a quem dirijo uma fala muito especial, que são, sim, os responsáveis, como o Ver. Cecchim citou, agora há pouco, pela redução dos índices de violência e criminalidade nos meses aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Os senhores e as senhoras, policiais civis, são homens valentes, homens bravos, homens responsáveis, sim, por um Rio Grande melhor. Então, o nosso reconhecimento aqui pelas investigações diárias que são realizadas, não só na identificação de criminosos, mas no desmantelamento, na descapitalização, que cada vez mais vem acontecendo, das organizações criminosas. Eu

não quero me estender demais, vereadores, porque nós temos aí um vídeo institucional que será projetado agora nos próximos minutos, mas quero parabenizar aqui todos os policiais civis e, mais uma vez, os colegas da Brigada Militar pelo dia 21 de abril, dia, então, do nosso patrono das polícias civis e militares de todo o Brasil. Mais uma vez, nosso muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Mário Yukio Ikeda, comandante-geral da Brigada Militar, está com a palavra.

SR. MÁRIO YUKIO IKEDA: (Saúda componentes da Mesa e demais presentes.) Serei bastante breve na nossa explanação. Agradeço este evento e lhes digo que o Dia da Polícia no Brasil, tanto Polícia Civil como Militar, é comemorado na data da morte de Tiradentes, que foi morto em 21 de abril de 1792 e levou mais de cem anos, após a Proclamação da República, que foi em 1889. Então, levou mais de cem anos para ele ser declarado herói nacional - do momento da sua morte até o reconhecimento dos seus atos foi mais de um século. Fazendo um comparativo com o papel das polícias do Brasil, que nem sempre os nossos atos são reconhecidos; nós fazemos um papel que nem sempre é muito bem visto. A partir da evolução do homem, foi necessário convivermos em sociedade e foram criadas regras e leis, e a nós, policiais, cabe fazer cumprir as leis. E todos nós, com os nossos direitos, muitas vezes não gostamos de ser impelidos a fazer os nossos deveres e essa ação de fazer cumprir as leis nem sempre é reconhecida. Então, acho muito oportuna essa referência da data da morte do nosso Tiradentes de ser a data de todos nós policiais, tanto civis, quanto militares. A nós, policiais, compete as nossas ações; e aqui gostaria de fazer referência que a nós compete, uma situação completamente diferente do comportamento de toda a sociedade, de todo ser humano, pois é da natureza humana fugir do perigo, afastar-se do perigo iminente. E nós, policiais, vamos em direção contrária. Enquanto a população foge, nós – policiais – vamos em direção a esse perigo, independente das condições, pois muitas vezes as condições que nós temos são muito menores do que as da fonte de perigo - falando do aumento da criminalidade do nosso País.

Nos eventos da Brigada Militar sempre gosto de referir que nós precisamos ter duas características essenciais: a força e a coragem. A força é que nos impele a combater esse perigo. E a coragem é que, mesmo quando nós não tenhamos mais força, temos o espírito de combater essa criminalidade. Gostaria de ressaltar, assim como a Presidente ressaltou, a morte do soldado Fabiano Lunkes, um bravo policial militar, no exercício da sua atividade, que acabou sendo morto. Gostaria de fazer referência a ele e a todos os policiais que fazem, no desempenho das suas atividades, essa demonstração de força e de coragem. Muito de nós, em determinado momento, poderíamos fazer vistas grossas e não fazer o enfrentamento a esse perigo. Poderíamos saber do perigo e fazer de conta que não o vimos. Poderíamos, como foi, no caso da morte desse nosso colega, que tomou ciência de que poderia haver um criminoso cercado, foragido e com

grande poder bélico em suas mãos, fazer uma vistoria para buscar esse criminoso. Ele e outros colegas foram, durante a noite, em completa escuridão, fazer buscas a esse criminoso. Se o comportamento fosse omissivo, não tão diligente, se tivesse tomado uma atitude de não fazer essa verificação, de não buscar essa fonte de perigo e, sim, aguardar para determinado momento, quando tivesse mais reforço ou quando clareasse o dia, provavelmente, não teria encontrado esse criminoso e, provavelmente, ainda estaria vivo entre nós. Mas as atitudes das polícias e dos policiais é cumprir o seu dever, mesmo com sacrifício das próprias vidas. Isso, esse compromisso e esse juramento, os nossos policiais, tanto os civis, quanto militares, têm feito, no seu dia a dia.

Com isso, agradeço essa homenagem, em nome, principalmente, dos policiais militares, mas, com certeza, agradeço em nome de todas as polícias esse reconhecimento atual, que não foi reconhecido lá para o Tiradentes.

E, com o aumento da criminalidade, nós estamos notando esse reconhecimento por parte da sociedade, tendo visto, em Porto Alegre, *outdoors*, anúncios, onde fazem referência a polícias. Temos visto, em comércios, pessoas ofertando aos policiais um café, um wi-fi, um banheiro. Esses atos simples e singelos, para nós, nos dão um reconhecimento muito grande. Então, agradeço a toda a sociedade gaúcha e, em especial, ao porto-alegrense, esses gestos de carinho que têm feito a nós, policiais militares, e que nos dão muito mais vontade e mais coragem para enfrentar a criminalidade no dia a dia, a despeito de todas as dificuldades que encontramos. Muito obrigado a todos os senhores a todas as senhoras. Muito obrigado por homenagear a todas as polícias, e que tenhamos, cada vez mais, este reconhecimento, para que possamos fazer e cumprir o nosso dever. Obrigado. Boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidenta Mônica, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, quero cumprimentar aqui os delegados e coronéis, me perdi um pouco aqui, e como eram duas instituições, esperei a fala das duas instituições para fazer essa saudação. É um dia de homenagens, e nós viemos aqui prestar a nossa homenagem. Não é um dia de debates, o microfone não está aberto para fazer o debate. Nós temos total reconhecimento da importância de todas as instituições de Estado para o processo civilizatório, eu diria assim, e logicamente é dever nosso, nós aqui como parlamentares e como sociedade, dever e direitos, e inclusive as instituições devem estar abertas ao debate para, inclusive, o avanço das instituições. Muitas vezes, não quero polemizar, quero dizer que podemos ter opiniões muito diferentes sobre atuação, os limites da instituição, mas é exatamente na democracia e no debate democrático interno das corporações e com a participação da sociedade civil que avançaremos ainda mais. Eu não tenho dúvidas de que por trás de uma farda, há um ser humano com direitos, com deveres, seja numa instituição como Brigada Militar, seja a Polícia Civil, ou como nós aqui no Parlamento, em qualquer instituição do Estado, numa democracia, há necessidade de um contínuo debate para um contínuo

aperfeiçoamento. Nesse tom, gostaríamos de render as homenagens a estas duas instituições que hoje recebemos aqui na Câmara Municipal.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu quero falar em nome do PSB, em meu nome e do Ver. Airto Ferronato, e agradecer por vocês estarem presentes aqui. Nós é que temos que agradecer a vocês. Acompanho há bastante tempo o trabalho da Brigada Militar e da Polícia Civil. Fui 24 anos motorista de ônibus e me orgulho muito, diariamente, acompanhava e muitas vezes precisava tanto da Polícia Civil como da Brigada Militar para dar um auxílio no transporte em que trabalhava, e sempre fui bem atendido. Quero agradecer também ao 21º Batalhão, lá da Restinga. Eu fui criado em Belém Novo, moro em Belém, é o Batalhão que faz parte de toda aquela área. O pessoal tem que trabalhar na Ponta Grossa, Chapéu do Sol, Restinga, Lami, Canta Galo Boa Vista, Lajeado, Belém Novo, abrange uma área imensa e, às vezes, com pouca gente, mas procuram fazer o trabalho deles sempre que a gente precisa, a gente é bem atendida. Tem o Cap. Nogueira que trabalha lá, o Cap. Fabrício, que talvez esteja presente, são pessoas da melhor qualidade no nosso atendimento, nunca dizem não. A gente precisa, liga, a comunidade procura. Fizemos reuniões diariamente lá, Coronel, e eles sempre procuram saber as coisas, pedem para que as pessoas levem as demandas para eles, porque não adianta ficar dentro de casa e falar: “Está acontecendo assim, assado, assalto”. A Brigada Militar e a Polícia Civil não vão adivinhar o que está acontecendo, a gente tem que cooperar também para que o serviço seja prestado. Então, quero agradecer a vinda de vocês, tenho muito respeito pela Polícia Civil, pela Brigada Militar e pelo nosso 21º, como falam lá. O pessoal sempre na batalha, e uma coisa eu tenho que falar, porque fico muito triste – agora o Coronel falou do rapaz que morreu –, eu fico triste quando ligo a TV e tem uma situação em que morreu um policial civil ou da Brigada Militar, uma situação em que os camaradas não estão nem aí. Com esse avanço da droga, agora esse *crack* maldito, o pessoal mata por R\$ 5,00, uma pedra, eu fico muito triste quando a Brigada ou a Polícia perde, porque nós perdemos. Aquele soldado, aquele policial civil, com sua família, deixou mulher e três filhos, e o camarada vai para lá com essa lei, que cada vez auxilia mais o marginal, logo, logo o marginal está solto, rindo, e a família do policial perde. Também na Brigada Militar, volto a dizer, cada vez que prende, tem que ir ao Palácio da Polícia, fazer toda aquela situação e tal. O malandro sai, e o policial sai depois dele; e o malandro sai, olha o policial e dá uma risada, dizendo assim: “Tu vais ficar aí, terminar o teu plantão e continuar aí, eu vou embora para a minha casa”.

Um grande abraço para vocês, contem sempre com a gente e muito obrigado por estarem aqui, Polícia Civil e Brigada Militar. Um abraço.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Queria saudar, Presidente Mônica, a sua iniciativa de fazer essa menção honrosa à nossa polícia gaúcha; saúdo cada colega que tem vestido a

sua camisa e colocado a sua vida em favor da sociedade gaúcha. Quero corroborar com a fala do meu colega Rafão, tudo que ele falou, de fato, são verdades que não podem ser ocultadas. Nós vivemos um tempo de oposição, e hoje, mais do que nunca, não podemos nos furtar de levantar nossa voz, marcar posição com relação à situação que os policiais vivem e que precisa ser cada vez mais sustentada, respaldada para que as leis possam revestir a nossa ação no combate à criminalidade. O policial jamais será um bandido; será um agente, um herói no combate à criminalidade. Nós não podemos inverter a situação, como, hoje, muitos tentam inverter: o policial é um braço da justiça, o policial é a extensão da justiça, para que a sociedade possa ser guardada e respaldada. Meus parabéns a cada um de vocês e a cada policial respaldado e representado através de vocês. Muito obrigado.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em nome do Partido Social Cristão, nós queremos parabenizá-los e, principalmente, agradecer a Deus pela vida de vocês, pelo trabalho de vocês nas ruas, pela luta, muitas vezes em condições de desigualdade com o crime, que vocês enfrentam, saindo de suas casas, deixando suas famílias apreensivas, mas estão aí, batalhando. Eu sempre digo que a profissão de vocês é uma missão, uma missão muito importante que deixa a nossa sociedade mais protegida. Não poderia deixar de dar a minha saudação e fazer o meu agradecimento em nome do nosso partido. Muito obrigado.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica; coronel Ikeda, nosso grande parceiro – quando nós estávamos na Secretaria Municipal de Segurança, o coronel Ikeda foi grande parceiro do governo Fortunati, continua sendo parceiro de todos governos, que Deus abençoe grandemente o seu trabalho; delegada Nadine, Polícia Civil; delegado Fábio. Se existe uma frustração na minha vida, é por não ter seguido a carreira militar. Eu, guri novo, destrambelhado, larguei tudo; mas sou um apaixonado pela farda e entendo o quanto cada cidadão precisa das forças policiais. A gente sabe que quem sofre é a família dos senhores, na verdade, porque, a cada dia que saem de casa, não sabem se vão voltar – essa é a realidade. Então estou aqui para, em nome do PRB – eu e o Ver. Alvoní Medina –, parabenizar pelo trabalho de vocês e pedir que, a cada dia, Deus venha a proteger grandemente a vida e o trabalho dos senhores e das senhoras. Um abraço.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Coronel Dutra, coronel Ikeda, delegada Nadine, delegado Fábio, congratulo a Mesa pela proposição do dia. Lamento não estar presente desde o início da celebração – por uma questão pessoal de saúde –, mas estou aqui e faço questão de trazer a mensagem de que saúde, educação e segurança são os pilares que o NOVO acredita que devem ser fundamentais de apoio, incentivo e investimento do Estado. Então, sempre que uma iniciativa como esta é trazida à Câmara de Vereadores, sempre que autoridades dessas instituições tão importantes para o nosso País e para o nosso Estado vêm aqui, a gente faz questão de

celebrar, agradecer e, mais uma vez, prestar a nossa solidariedade e o nosso total apoio às iniciativas. Obrigado novamente pela presença. Reforço os votos dos demais colegas vereadores pela importância do trabalho que vocês executam.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Em nome das bancadas de oposição, quero, primeiro, cumprimentá-lo por esta homenagem e afirmar aqui que dia de homenagear a segurança pública através das suas instituições, na verdade, é todos os dias. Cumprimento o coronel Ikeda, o coronel Dutra, a Sra. Nadine e o Sr. Fábio, e quero dizer que a presença sempre do tema segurança, hoje é um debate constante nas nossas vidas e no dia a dia, e é um apelo da sociedade.

Portanto, a busca da perfeição, do trabalho, a unificação dos trabalhos da Polícia Civil, da Brigada Militar e das demais instituições se faz cada vez mais presentes, tanto no âmbito municipal, estadual e federal. E quero dizer que nós estamos aqui para afirmar que educação, saúde e segurança não é gasto, é investimento, e nós devemos sempre prezar por isto e garantir, através dos recursos públicos, que a qualidade e a proteção da sociedade realmente existam. Os nossos cumprimentos, um grande abraço e contem conosco para avançar no diálogo e no trabalho seguro com a sociedade. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, vereador. Convido todos os presentes a ouvirem a Canção da Brigada Militar e o Hino Rio-Grandense, executado pela Banda de Música da Ajudância-Geral da Brigada Militar.

(Procede-se à execução da Canção Brigada Militar e do Hino Rio-Grandense.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Mais uma vez, agradecemos à Brigada Militar, à banda, regida pelo sargento Jaílson Alexandre da Silva Gonçalves; agradecemos pela presença das senhoras e dos senhores. Também mais uma vez, queremos registrar a todos os policiais civis e militares e seus competentes comandos o nosso agradecimento. Damos por encerrada esta homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos 15h34min.)

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP) – às 15h37min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Vereador João Carlos Nedel, presidindo os trabalhos neste momento; senhoras e senhores colegas, especialmente os Vereadores Felipe Camozzato e Mendes Ribeiro. Quero comunicar aos colegas que nós protocolamos, na sexta-feira – eu, o Ver. Felipe Camozzato e o Ver. Mendes Ribeiro –,

uma proposta, um projeto de lei para aplicar, em nível municipal, os termos da Medida Provisória nº 881, que estabelece a declaração de direitos de liberdade econômica em nível federal. Embora seja uma lei nacional, que produz já efeitos aqui no Município de Porto Alegre, há partes dessa lei que precisam de uma legislação específica no Município, e é o que nós três propusemos e vamos trazer para o debate com os senhores. Há um movimento no governo federal de desburocratização e de simplificação das atividades econômicas tão necessárias para a geração de emprego e renda, e nós estamos propondo, aqui no Município, a mesma norma, uma norma muito parecida, adaptada para a realidade de Porto Alegre. Um dos aspectos principais é que as atividades chamadas de baixo risco não precisarão mais de qualquer autorização do Estado, qualquer alvará de qualquer espécie. Isso é o que nós estamos propondo adotar também no Município de Porto Alegre, a partir da Medida Provisória nº 881, que é uma porta de entrada para o mercado formal, justamente daqueles pequenos negócios, normalmente familiares, normalmente residenciais, normalmente trabalhados por aquelas pessoas que têm mais carência e mais necessidade. É, portanto, uma excelente oportunidade de formalização, de recepção no mundo econômico formal dessas famílias que dependem, hoje, de atividades que são produzidas em grande parte de maneira informal. Nós estamos definindo na lei, tanto comércio como serviços de baixo risco, como sendo atividade de baixo risco; qualquer atividade que não seja determinada pelo Município como sendo de médio ou alto risco, isto é, invertendo o trabalho de definir o que seja baixo risco, tirando do cidadão essa necessidade de ir até o poder público pedir, pelo amor de Deus, para considerarem a sua atividade, às vezes, de manicure, às vezes, fazendo corte e costura. Ao invés de o cidadão ter que ir ao Município pedir para qualificar a sua atividade como de baixo risco, o Município é que fica obrigado a dizer o que é alto e médio risco, o resto tudo são atividades de baixo risco, que deixarão de necessitar de qualquer espécie de autorização do poder público. Eu diria que é a lei que permite à sociedade retomar o domínio do espaço econômico que o poder público subtraiu das pessoas, tomou para si e passou a tratar no Brasil como se o trabalho das pessoas pertencesse ao Estado, na verdade, essa medida provisória e o projeto de lei que nós, Ver. Mendes Ribeiro, Ver. Felipe Camozzato e eu estamos apresentando permite que o cidadão retome do Estado o seu direito de trabalhar. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Motorista.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu estou retornando hoje após alguns dias de licença médica. Ver. André Carús, primeiro, quero lhe agradecer que, lá pelas 3h da madrugada, do dia da fatídica votação do projeto do IPTU, o senhor – como bem disse, nós tínhamos tido uma

discussão pesada anteriormente – não teria razão a não ser pela sua hombridade, pela sua retidão de caráter e pelo espírito de companheirismo, porque, querendo ou não, estamos sob o mesmo guarda-chuva de uma mesma legenda – há muitos anos, só tive um partido que foi este, desde o início da minha vida eletiva, política, concorri por outro, mas desde que tenho mandato é só este – e o senhor veio aqui na tribuna me defender, me defender da molecagem do Ver. Felipe Camozzato. Eu acho bom que o Ver. Felipe Camozzato esteja no plenário, porque eu quero me dirigir a ele, como ele não fez quando eu estava. Eu quero dizer que eu tenho três mandatos aqui nesta Casa e durante muito tempo fui acusado pela extrema esquerda, inclusive com a minha casa pichada, de ser fascista.

É muito triste quando nós vivemos essa realidade de maniqueísmos, onde alguém quer desenhar o mundo como um mundo de dois pólos e quer se apresentar como defensor de todos os valores, de todos os princípios e de toda a moral.

Eu apresentei duas emendas e discuto aqui com quem quiser sobre a questão do IPTU. A primeira delas, muito mais produtiva que qualquer emenda que o Ver. Felipe Camozzato apresentou, é a que cria uma instância recursal junto ao TARF, para que as pessoas, o cidadão, do excesso de exação possa recorrer. A segunda emenda foi porque eu fiz uma especialização em direito imobiliário e fui secretário da Secretaria de Urbanismo, portanto conheço um pouco desse mercado, e era para fins de discussão, Ver. Mendes Ribeiro, existem alguns *players* no mercado que têm muitos imóveis e que preferem deixar os imóveis fechados para regular o preço por cima. Eu sequer tinha a pretensão de fazer com que esta emenda fosse aprovada, senão que ensejar a discussão. Agora, ensejar a discussão é da democracia. O que não é da democracia é ter sido vedado o direito da pessoa de poder tratar ou trazer qualquer tema à discussão nesta Casa que é Casa da discussão, o Parlamento. E pegar uma emenda de forma irresponsável, com uma prática moleca e distribuir nas redes sociais, querendo fazer escada em cima de outros. Olha, para quem falar em empreendedorismo aqui, Ver. Ricardo Gomes, eu recebi um prêmio - Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, como secretário da Produção, Indústria e Comércio em Porto Alegre, disputando com 297 Municípios, criando um projeto completo, na linha da pequena empresa, do alvará eletrônico, do microcrédito e do Mei, da formalização do micro e do pequeno empreendedor. Na minha época – o Ver. Mauro Pinheiro lembra disso – fizemos a Lei Geral da Microempresa, que foi de autoria deste vereador, quando secretário. Portanto, querer vir aqui alguém para dizer que inventou a roda, que sabe mais, que defende mais a liberdade, o empreendedor – acho isso um despropósito, quanto mais em cima de outro vereador, Ver. André Carús. Eu trabalho de forma respeitosa, por exemplo, não pintaria uma caricatura do vereador porque ele propôs uma certa discussão. Poderia dizer quem sabe que o NOVO é o PSTU da direita, que quer se apresentar, o PSTU ou o PSOL, com todo respeito que tenho aqui...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Só um minutinho, estou desenvolvendo um raciocínio. Também não queira o Ver. Robaina dizer que também não posso desenvolver um raciocínio. Mas quero dizer o seguinte: muitos partidos que não exerceram o poder, muitas vezes, têm certas bandeiras que só são possíveis de serem levantadas quando não se tem a pretensão de exercer o poder, porque é diferente. Uma coisa é estar na oposição e fazer um discurso sem compromisso nenhum; outra coisa é a responsabilidade de governar. Por último, eu quero dizer, Sr. Presidente, que é preciso ter respeito aqui. Eu sempre fui contra a questão do aumento de impostos, o meu partido fechou questão. Na quinta-feira daquela semana, eu fiquei muito incomodado com essa questão, pois não era a minha única posição. Ninguém aqui, na verdade, queria. O Ver. Mendes Ribeiro também tinha a sua diferença com relação a isso, e tenho certeza de que o Ver. André Carús também. Se há uma coisa que nós criticamos na política é a falta de disciplina, e nós cumprimos uma disciplina partidária, mesmo eu estando incomodando. Eu tive uma crise hipertensiva na quinta-feira, ora, nada paga se eu, com 48 anos, tiver um AVC aqui no Parlamento, porque as pessoas só estavam preocupadas em dizer que eu não quis votar. A nossa médica da Câmara, naquele dia, determinou que eu fosse embora. Eu, cumprindo a orientação médica, fui, porque nós temos outras questões, família e outras questões que se impõem a isso também. Continuo defendendo as mesmas questões: eu acho a Cidade que tem ativos imobiliários, certamente, superiores a R\$ 3 milhões que poderiam ser vendidos, que tem operações urbanas consorciadas que não consegui colocar em pé e tem que fazer, tem outras tantas formas de fazer recursos, mas o governo escolheu outra opção. E eu não gostaria de que nós tivéssemos passado por isso, mas o que eu não gosto, para além de qualquer outra coisa, é alguém querer fazer escada política em cima de colegas aqui para ganhar, porque realmente desse jeito não se ganha e desse jeito não precisa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações, por cedência do Ver. Professor Wambert.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Estimado Presidente, Ver. João Carlos Nedel, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, amigos que nos visitam e telespectadores da TVCâmara, interessante essa reivindicação do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família – IMESF, que fazem aqui seus pedidos, os quais eu imaginava, Ver. Prof. Alex Fraga, que já tivessem sido incorporados dentro da profissão dos quadros do IMESF. Então, eu acho importante que a gente comece a discutir. Eu tenho a impressão de que o primeiro documento já foi entregue para o presidente da Comissão de Saúde, o Carús. Ele recebeu esse nosso documento, segundo informação recebida agora por meio de colegas, o que me chama muito atenção. Olhem só, eles querem nada mais do que isonomia, tanto na classe de técnicos quanto na classe universitária. Não existe isonomia para os “medicina de família”, pensei que isso já

existisse e já estivesse incorporado na profissão há muito tempo. Insalubridade, pasmem: são aqueles médicos que vão nas casas das pessoas bem doentes da comunidade, Ver. Robaina, e que tratam diariamente, diuturnamente, com pessoas com doenças infectocontagiosas, principalmente a gripe A, tanto é que eles são os primeiros a serem vacinados. Insalubridade não tem, o salário do agente comunitário de saúde não está fixado ainda. Eu lembro que as duas coisas que logo fiz, quando fui secretário da Saúde de Cachoeirinha, foi me preocupar, primeiro, em fazer a 2ª Conferência Municipal de Saúde, uma vez que a última tinha acontecido há 14 anos, quando eu assumi lá com o Valdecir Mucillo. A minha outra preocupação foi fixar o salário dos agentes comunitários de saúde, porque eles recém tinham sido aprovados no concurso em Cachoeirinha e não tinham sido chamados. Com muita satisfação, eu consegui nomear 18 funcionários como agentes comunitários de saúde, passados em concurso e com os seus salários fixados. Pensei que isso já fosse coisa antiga, estou vendo que ainda é a luta de agora. No quadro permanente, não existe a função de recepcionista, de chefe, não existe uma chefia designada. Aqui ele sugere inclusive que o chefe que vai cuidar da unidade e que trabalha muito – para chuchu, como diria minha avó –, o diretor de um posto de saúde da família, que tem um adicional de 40% do salário-base, o que acho justo, uma vez que ele vai ser a pessoa que se comunica com a comunidade, com o governo e com todos, e quatro horas por semana que seriam investidas na formação da melhora dos seus conhecimentos, em cursos. Eu acho que é cem por cento desejável que esses cargos de medicina de família, que são um tipo diferente que surgiu, de uns anos para cá, de medicina diferente, porque ele começou a ser antigo. Dentro da medicina, o que é antigo na relação médico-paciente, na relação entre os seres, é moderno, é maravilhoso. Não é a telemedicina, a telesaúde que vão salvar a humanidade, não! É a palavra, é o carinho, é a mão no rosto, é ver a febre como se via antigamente. É isso que vai salvar a humanidade. A telemedicina ajuda, a tecnologia ajuda, mas não resolve. O que resolve é aquela história: “O médico recém chegou, e passou a febre das crianças”; “o médico chegou, e passou a dor da barriguinha do mais velho”, e assim vai sendo.

Eu não sabia que o IMESF estava tão atrasado assim. Eu sou o único médico deste Parlamento, fico honrado de ser o único médico deste Parlamento e mais: o único da saúde. O que tem mais perto é o Ver. Aldacir Oliboni, que é técnico de enfermagem. Eu sou o único deste Parlamento que é médico. Vou ver se me irmano com o meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, e com o Carús, da comissão, para que a gente possa lutar pelos agentes comunitários de saúde, pelo IMESF como um todo, pelos médicos. Vida longa pelo IMESF, e que se resolva esse problema depois desta queixa que estou fazendo aqui agora. Meu beijo para vocês!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Nedel, vereadores, vereadoras, público que nos assiste, dirigentes do Sindicato da Saúde; quero usar a palavra para falar das mobilizações estudantis que estão ocorrendo hoje no Brasil, mas, antes de falar disso, quero parabenizar os trabalhadores da saúde, do Sindicato da Saúde, do Sindicato dos Enfermeiros, do Sindicato dos Odontólogos, dos agentes de saúde que estão já alertas e mobilizados para que o projeto do IMESF, que será votado na Câmara esta semana, ou na semana que vem, espero que seja na semana que vem até, para que possa, de fato, ter uma mesa de negociação em que o projeto responda também aos interesses e direitos dos trabalhadores da saúde... Quando discutimos IMESF, nós também estamos discutindo um contrato de trabalho, porque a saúde só existe se há trabalhadores na ponta garantindo que a população seja atendida. E são os trabalhadores da saúde os que mais garantem a saúde pública. Sem eles não há saúde pública, e nós sabemos que, infelizmente, há um projeto sistemático dos governantes de atacar os serviços públicos. Infelizmente, o governo Marchezan, nesse caso, não é exceção, a tal ponto que tem a ameaça de terceirização ou até de privatização da gestão do HPS, algo que é gravíssimo, contra o qual estamos nos movimentando, razão pela qual, no dia 16, nós teremos o lançamento da frente parlamentar em defesa do HPS, todos estão convidados.

Eu tomei a palavra para falar dessas mobilizações estudantis que estão ocorrendo hoje por conta de algo gravíssimo que está ocorrendo no País: o governo Bolsonaro, aplicando o receituário reacionário, um receituário que está inclusive ligado aos interesses do Fundo Monetário, ameaça cortar 30% dos recursos das universidades. Isso significa cortar o básico das universidades brasileiras e dos institutos federais. Muitas universidades não vão conseguir chegar até setembro, se essa política do governo Bolsonaro for levada adiante. Já houve uma mobilização muito forte hoje na Bahia, no Rio de Janeiro, em Pelotas; aqui no Estado, está havendo mobilização. Há um grande movimento nacional, Ver. Prof. Alex Fraga, que é ligado à educação: no dia 15 de maio, nós teremos uma mobilização nacional do movimento estudantil, dos servidores, dos professores para defender a educação. Nós sabemos que o governo Bolsonaro quer cortar filosofia, quer cortar sociologia e que é um governo que ataca a cultura, ataca a assistência estudantil, ataca a pesquisa, como se nós pudéssemos ter um país desenvolvido sem pesquisa, e as universidades federais são fundamentais na área da pesquisa. Por isso é muito importante a Câmara de Vereadores se envolver nessa mobilização, e os vereadores apoiarem a luta do movimento estudantil contra esse ataque vergonhoso à nossa educação, às nossas universidades, é papel da Câmara dos Vereadores.

Hoje começou essa mobilização e, no dia 15, será muito forte. Isto é uma novidade no País. O fato de que tenhamos um verdadeiro levante do movimento estudantil é, realmente, uma necessidade para barrar esse plano tão nefasto para o nosso País, para o nosso Estado e para a capital dos gaúchos. Esse é um convite para que todos os vereadores também ajudem nessa convocação para o dia 15 de maio. Muito obrigado a todos e obrigado, Presidente, pelo tempo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente em exercício, Ver. João Carlos Nedel, colegas vereadores e vereadoras, público que está aqui nos prestigiando nesta tarde e, de modo especial, as representações do Sindisaúde, do Sindicato dos Enfermeiros, dos Odontólogos, dos Médicos, dos agentes comunitários, cidadãos e cidadãs; em nome da bancada do PT – Ver. Adeli, Ver. Comassetto e Ver. Marcelo –, quero usar a tribuna no intuito de dizer da enorme importância com que nós estamos vendo o projeto que o governo manda para esta Casa. A partir de uma reunião com as lideranças sindicais hoje pela manhã na COSMAM, adia-se a votação das modificações no IMESF para a próxima quarta-feira, ou para a semana que vem. Estamos dando acordo para a Operação Inverno, porque sabemos da enorme importância que tem. Lá estavam também o Ver. Tessaro, o Ver. Carús, o Ver. Marcelo, o Ver. Robaina e este vereador, para convencer também os nossos vereadores, e creio que uma das falas foi a do Ver. Goulart, quando falou da importância, da valorização do IMESF, que é o atendimento na rede da Cidade, como também dos trabalhadores. Porque desta vez, como aconteceu em 2011, na constituição do IMESF, nós contribuímos muito com o diálogo, e houve uma certa compreensão naquele momento de aceitar as emendas que foram apresentadas. Não é diferente agora: seis emendas foram apresentadas, serão apresentadas mais três emendas que dialogam com a questão da insalubridade, da paridade. Creio que seja de extrema importância, nós também, neste meio tempo, e aqui peço a sensibilidade do Djedah para que opere rapidamente uma reunião com o secretário municipal da Saúde, amanhã ou antes de quarta-feira; ou, se não votado na quarta, pode ser até quinta-feira, para que a gente possa avançar na ideia de construir um ambiente saudável para os trabalhadores e para o atendimento médico, que são as equipes de saúde que estão hoje agregadas dentro do IMESF, Instituto Municipal de Estratégias de Saúde da Família. Em nome da nossa bancada, nós queremos construir o diálogo e avançar. Nobre Ver. Mauro Pinheiro, queria pedir a sua ajuda nesse sentido, para que a gente possa avançar nessas reivindicações trazidas pelas entidades, porque percebemos, ao longo dos anos, que o IMESF não avançou o tanto que era necessário. Hoje ele cobre em torno de 56% do atendimento médico na cidade. Nós gostaríamos que atendesse os 100%, portanto, deveríamos ter cem equipes a mais para poder oportunizar àquele cidadão que busca atendimento médico não ficar em filas, não ficar mais na madrugada em filas, ou ir ao atendimento médico de saúde e não encontrar atendimento. Portanto, contratar mais servidores, seja através do IMESF, que é pela CLT, ou seja por concurso público, chamando aqueles que foram concursados, para nós é de extrema importância para a ampliação do atendimento médico na cidade de Porto Alegre. Neste sentido, queremos fazer este apelo e, ao mesmo tempo, dizer que as emendas apresentadas são de enorme importância, pois todas dialogam com a dignidade, com a qualidade do atendimento e com a valorização do profissional e do atendimento à população. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Presidente, Ver. João Carlos Nedel; colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste; eu venho a esta tribuna depois dos 60 minutos terríveis que tivemos na sexta-feira no final da tarde, quando todo porto-alegrense ficou quase embaixo d'água, para falar de um assunto muito importante. Na sexta-feira pela manhã, nós estivemos, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, visitando o posto de saúde, a unidade básica lá do Costa e Silva. Após visitar essa unidade, estivemos no Lar dos Idosos, que fica nos fundos, e tem uma rua que fica nos fundos do posto de saúde. Ficamos abismados ali com a quantidade de lixo que é depositado pelos moradores e por pessoas que passam de automóvel ou de camionete e ali despejam lixo. Nos fundos do posto de saúde, justamente onde há um grande risco para as pessoas que já estão com problemas de imunidade, já em atendimento nesta unidade de saúde ali, com todo aquele lixo depositado. Muitos me mandaram mensagem na sexta-feira: "E agora, com o aumento do IPTU, vai acabar o problema do alagamento em Porto Alegre?" Pode ter o valor que quiser em arrecadação que não vai melhorar a cidade, se não houver consciência das pessoas de parar de jogar lixo, como aqui, próximo do foro cível, onde, na sexta-feira, tinha coisas boiando no arroio Dilúvio. Tem que parar de jogar lixo na rua, tem que parar de fazer com que nossas esquinas, nos locais escuros, como é esse local nos fundos do posto de saúde, sirvam para as pessoas que passam de carro atirarem sofá, banco de automóvel, cama, tinha todos esses lixos. É evidente que, com a chuva, esses depósitos, esses lixos irão para o arroio Dilúvio, ou para as bocas de lobo, ou para as avenidas em Porto Alegre. A comunidade é quem sofre. Claro que vai ter melhorias com a arrecadação maior do município, mas nós sabemos da grande dificuldade que tem, Cecchim, se não houver cooperação da população.

Tivemos diversas árvores em Porto Alegre que caíram sobre residências. Mas também, semana passada, tivemos diversas pessoas da comunidade que vieram aqui para reclamar, porque estava havendo podas pela CEEE, podas em locais onde passam fios de alta tensão e onde há necessidade, e não é mais a Secretaria do Meio Ambiente que promove essas podas, é a CEEE. Há uma dificuldade, porque a população não entende, e nós devemos ter consciência de que, onde passa um fio de alta tensão, onde tem fiação da CEEE, tem que haver poda, não importa o local. A árvore tem proteção, e a família, não tem que ter proteção? Nós temos que preservar o meio ambiente, mas preservar a vida do cidadão em primeiro lugar, precisamos fazer com que ele não corra risco, como aconteceu na Rua Tenente-Coronel Fabrício Pilar, onde caíram árvores em cima de automóveis porque não foi permitida a poda naquele local. Nós temos que ter o equilíbrio das coisas, e esse equilíbrio se dá com o apoio da comunidade, de toda a população de Porto Alegre.

Quero conclamar todos que nos assistem pela TV e pela internet para que façam a fiscalização da cidade e, quando perceberem pessoas que têm suas caminhonetes que fazem depósito de lixo, como ali, próximo ao cemitério João XXIII,

que façam a denúncia, para que eles parem de jogar lixo nas ruas, porque, com toda certeza, esse lixo que jogamos na rua virá contra nós, vai fazer com que Porto Alegre viva um caos, como aconteceu na sexta-feira. Poderá ocorrer em outros dias; ontem, no final da tarde, quase ocorreu novamente em virtude das intempéries, já que no Rio Grande do Sul temos três temperaturas durante o dia, o tempo é muito variável.

Quero fazer esse alerta para que todos possam ser parceiros do Município, e vamos colaborar: lugar de lixo é na lixeira, não nas vias urbanas de Porto Alegre. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde senhoras e senhores, subo à tribuna em tempo de liderança do meu partido, portanto falo em nome da Ver.^a Karen Santos e do Ver. Roberto Robaina. É bom quando nós vamos usar a palavra e já houve algum tipo de manifestação anterior que possa ter dado alguma introdução aos assuntos que serão abordados. Eu agradeço inicialmente ao Ver. Nelcir Tessaro, que acabou de se manifestar em tempo de liderança pelo seu partido já adiantando o assunto com o qual eu gostaria de iniciar a minha fala, que é justamente o caos em que se transformou a nossa cidade na última semana. Na sexta-feira passada, creio eu que todos que estavam pela rua se assustaram com o caos instalado por uma chuva breve. Em menos de uma hora de precipitação, Porto Alegre se transformou em rios e corredeiras – eu não me lembro de nenhuma imagem de *rafting*, mas cabia, dentro das várias filmagens feitas pelos porto-alegrenses. O Ver. Nelcir Tessaro informou que o lixo é um dos problemas, e, realmente, eu não me lembro quando foi a última campanha de conscientização feita pela Prefeitura. Nós não podemos esperar que as pessoas se dignem a ter bons modos. Nós temos um Código Municipal de Limpeza Urbana, que não é cobrado. Obrigação de quem? Do Executivo. Não temos educação ambiental, o dinheiro que nós temos para projetos nas escolas que tratam desses temas é retirado pela Secretaria de Educação. Como é que nós vamos esperar um milagre? Não existem milagres nessas condições. Existe a responsabilidade do gestor e existe a irresponsabilidade do Prefeito Nelson Marchezan Júnior. É o que temos: irresponsabilidade.

Nós estamos desde 2018 sem contrato com órgãos de previsão meteorológica por falta de pagamento. A Metsul, apesar do contrato aberto, do contrato em vigência, não oferece os seus serviços, porque a Prefeitura não paga, acha que é desnecessário fazer um alerta à população e fazer o seu próprio planejamento. Se a Prefeitura tivesse noção do volume de precipitação da sexta-feira, muito provavelmente colocaria o DEP a fazer reparos emergenciais nas vias que têm os maiores problemas.

Isso é crônico em Porto Alegre. Existem regiões de baixada que, sempre que há uma chuva de maior intensidade, alagam. Colocam-se equipes lá, acionam-se as bombas, deixam o pessoal de prontidão. Ah, desculpem, eu esqueci, senhoras e senhores, não existe mais o Departamento de Esgotos Pluviais em Porto Alegre! Mais uma barbearagem daquele menino irresponsável que ocupa o Paço Municipal. É isso o que virou Porto Alegre, Porto Alegre está jogada às traças, abandonada à própria sorte, por conta da irresponsabilidade daqueles que prometeram para a população que iam tomar conta da nossa querida capital dos gaúchos, mas que hoje está às traças! Isso é lamentável!

Estava conversando com a Ver.^a Karen Santos, falando do caso, em 2017, em que morreu uma senhora lá no Morro da Cruz carregada pelas águas, afogada! A casa dela foi inundada e ela foi arrastada pela correnteza do córrego e morreu! Nós não gostamos de lamentar mortes, mas parece que é o que a Prefeitura espera.

Vamos destacar também que a Prefeitura perdeu R\$ 150 milhões a fundo perdido para obras de drenagem! Perdeu, por quê? Porque não apresentou os projetos! Gente, isso é burocrático! É um cidadão que vai fazer um programa, vai fazer um projeto, vai apresentar para o órgão financiador, para ter avalizado esse valor. Cento e cinquenta milhões! O prefeito chorão, que usa os órgãos de comunicações para dizer que não tem dinheiro para nada, renuncia a R\$ 150 milhões para este problema que é crônico! Todo outono em Porto Alegre é a mesma coisa: alagamentos, inundações, o caos no transporte, o caos nas nossas ruas! Não podemos aceitar isso passivamente!

Eu gostaria também de manifestar a minha grandessíssima preocupação com os rumos da educação nacional. O Ver. Roberto Robaina destacou que nós temos um contingenciamento muito severo proposto pelo governo federal. Eu protocolei, agora há pouco, uma moção de protesto contra esse contingenciamento. Qualquer nação que tenha passado de um patamar de desenvolvimento, ou em processo de desenvolvimento para uma nação grande, moderna e que tenha uma organização social sólida o fez através da educação. Pelo visto, esse não é o horizonte mirado pela presidência. Nós, como Câmara de Vereadores, representantes do povo de Porto Alegre, não podemos aceitar, nesta área tão essencial em nível social e para o crescimento do nosso povo e da nossa futura geração, passivamente esses desmandos. Não podemos aceitar o contingenciamento na área de educação, precisamos de recursos, precisamos de seriedade com relação a esse tema tão sensível à nossa sociedade. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Grande Expediente e prossegue a sua manifestação em Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver. Paulo Brum, presidindo esta sessão, demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara; em primeiro lugar, queria dizer, Ver. Prof. Alex Fraga, do PSOL, que é muito fácil subir a esta tribuna e cobrar do prefeito municipal, dizendo que não fez isso, não fez aquilo. É porque o seu partido ainda não governou a cidade de Porto Alegre. Então, é só cobrar, é só dizer que é fácil fazer as coisas e acaba não tendo um telhado para responder pelo que já foi feito. Eu não vou ser leviano em dizer, por exemplo, que o prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi, do PT, está fazendo com a saúde no Município de São Leopoldo porque quer fazer. Eu acredito que as atitudes que ele toma a partir de hoje, 6 de maio, são atitudes porque faltaram recursos, mas o Município de São Leopoldo, a partir de hoje, dia 6 de maio, vai diminuir o atendimento à população, porque diz que não tem recursos; e o Hospital Centenário vai diminuir os atendimentos à população. Será que o prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi, está fazendo isso porque quer ver a população de São Leopoldo com menor atendimento na saúde, Ver. Marcelo, líder da bancada do PT, ou porque não tem como dar o atendimento que ele gostaria de dar à população? É muito fácil quando se sobe a esta tribuna e se diz: “O prefeito pode fazer isso, o prefeito deveria ter desentupido, o prefeito tem que cortar, o prefeito...” É muito fácil dizer tudo que tem que fazer. O que tem que ser feito todo mundo sabe. Agora, as pessoas têm que subir a esta tribuna e dizer o que querem que faça e dizer de onde vai vir o recurso para fazer. Eu poderia hoje subir à tribuna e dizer que o prefeito Ary Vanazzi não deveria ter diminuído o atendimento no Hospital Centenário, de São Leopoldo. Entre as medidas, está a suspensão de cirurgias, consultas eletivas, aquelas que não são urgentes; 600 procedimentos e 250 atendimentos deixarão de ser feitos segundo a prefeitura de São Leopoldo, prefeito Ary Vanazzi, do PT. O prefeito parece que está com dificuldades e está deixando de fazer. Eu não vi ninguém do partido dele subir aqui e criticar o prefeito. Espero que a deputada Sofia Cavedon, que sempre subia a esta tribuna cobrando o serviço de saúde, agora, lá na Assembleia, cobre do prefeito Ary Vanazzi por estar cortando o atendimento de saúde das famílias, por estar deixando de investir dinheiro na saúde de São Leopoldo, deixando de atender. O número de leitos no hospital deve cair. Porto Alegre, com todas as dificuldades... Muitas vezes, eu vejo os colegas cobrando de Porto Alegre: os leitos em Porto Alegre estão aumentando, mesmo com toda dificuldade financeira. Está aqui o pessoal da saúde. São Leopoldo está diminuindo o número de leitos. Os leitos neonatais, o número será reduzido de dez para oito; a UTI adulta, que, atualmente, conta com dez leitos, passará a ter seis. Espero que os companheiros que estão aí reivindicando por mais saúde, o Sindisaúde, vão até São Leopoldo cobrar do prefeito Ary Vanazzi. Eu acredito que ele está fazendo por não ter condições, está cortando porque realmente está faltando dinheiro, me solidarizo com o prefeito Ary Vanazzi. Toda vez que se sobe a esta tribuna para cobrar, é bom a gente saber que, às vezes, nós temos dificuldade, tem que se dizer de onde tem que sair os recursos para se executar. Em Porto Alegre, com todas as dificuldades, nós estamos ampliando o número de leitos, continuamos trabalhando. Na nossa saúde, com todas as dificuldades que sabemos que tem nos atendimentos, estamos, de forma criativa,

buscando alternativas, como no caso dos prontos atendimentos da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, em que o governo vai buscar, através de parcerias, uma contratualização com organizações sociais, para melhorar o atendimento, buscar mais recursos, transformando os prontos atendimentos em UPAs para buscar recursos do governo federal, para que possa atender à população, porque o nosso principal objetivo, independentemente de ser estatal, é que o serviço seja público e atenda à população. É importante que façamos um bom debate, para conseguirmos o melhor atendimento para a população pelo SUS. Portanto, gostaria de ouvir os vereadores do PT aqui defendendo e explicando. Eu me solidarizo com o prefeito Vanazzi, que está com dificuldades financeiras no seu Município, não conseguindo manter os serviços de atendimento à população. Esperamos que consiga solucionar o mais breve possível essa situação, pois quem sofre é a população. Talvez o prefeito Vanazzi tenha como alternativa uma contratualização, mantendo o serviço público e atendendo à população como um todo. Para alguns, o mais importante é, sim, a estatização e a contratação do servidor público, independente do atendimento. No meu entendimento, acho que o atendimento tem que ser público e a população ser bem atendida, independentemente do sistema que venha a ser utilizado.

Também quero falar sobre a questão do saneamento – assunto levantado pelo Ver. Comassetto – da água, do DEP no Município de Porto Alegre. Há muitos anos, não conseguimos a universalização do saneamento e, nos últimos anos, estamos tendo problemas em levar água para várias regiões de Porto Alegre, como a Lomba do Pinheiro. Inclusive, nos próximos anos, enfrentaremos algumas dificuldades para construir naquela região, porque a Prefeitura Municipal, através do DMAE, tem dificuldade de levar água para toda a cidade. Não temos um atendimento de 100% de distribuição de água e, nos anos anteriores, não conseguimos fazer os investimentos necessários. A nossa Prefeitura, como todas em todo o País, enfrenta dificuldades financeiras e, para resolver essa questão, está buscando um financiamento para a obra do Arado, para que as populações da Zona Sul, Extremo-Sul e da Lomba do Pinheiro possam ter água.

Se a Prefeitura não tem recursos, se está tendo dificuldades para conseguir financiamento, por que não fazermos uma concessão de esgoto, de água em Porto Alegre ou, como diz o Ver. Adeli Sell, uma locação de ativos, em que a iniciativa privada pode construir e, depois de 25, 30 anos, esse ativo passe a ser do Município de Porto Alegre? Quando se falava em parcerias público-privadas, o Ver. Comassetto, que é um vereador bastante atento, nos disse que alguns países da Europa estão desestatizando. Eu fui pesquisar, fui buscar informações sobre o que está acontecendo com a desestatização da água e do esgoto em Paris, na França. A França, como um todo, e Paris, hoje, está desestatizando alguma parte do serviço que virou concessão na região da França. Mas o que aconteceu, exatamente, com a água e com o esgoto na França? Em 1853, quer dizer, há muito tempo, a França, a Europa, Primeiro Mundo, já faziam concessão de água e esgoto, Ver. Alex Fraga. Realmente, estamos bastante atrasados. Em 1853, a França fazia a primeira concessão de água e esgoto, e, a partir daí, muitas outras foram feitas e muito se avançou nas concessões de água e esgoto. Em 1985, com

dificuldades financeiras e com as cobranças na Europa por uma melhor ambientação, por um melhor saneamento público, a França fez concessões; Paris também fez, em 1985, uma concessão da água e do esgoto por 30 anos. Então, no ano de 2010...

Vereador Valter Nagelstein (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Mauro, precisamos registrar que houve dois desencaixes do DMAE na ordem de mais R\$ 300 milhões que foram retirados para poderem tapar os buracos da Prefeitura Municipal. Esse recurso se tivesse permanecido dentro do caixa, especialmente folha... Eu estava ali falando com os nossos colegas que são servidores municipais sobre essas dificuldades laborais que a gente tem. A Prefeitura gasta R\$ 230 milhões por mês com folha, isso é complicado. A gente precisa entender que esse dinheiro, se a gente investe num mês só R\$ 230 milhões na cidade, a gente muda a cidade. Ver. Mauro Pinheiro, 80 milhões custou este trecho da Orla do arquiteto Lerner, que, no dia 28 de maio, vai vir aqui na Câmara para ser homenageado. Imagina se nós dispuséssemos desses 230 milhões, nós teríamos feito toda a Orla. Eu estou falando isso, é óbvio que a gente não consegue desmanchar nem pode essa questão do comprometimento com a folha, mas o DMAE, entre outras coisas, teve que tirar dinheiro do seu próprio caixa para poder pagar a folha de Porto Alegre, para mostrar esse desequilíbrio. Há cinco anos, eu procurei o Bresser, no DMAE, para falar sobre a locação de ativos, havia uma resistência muito grande interna no DMAE com relação a isso. Eu quero te fazer um apelo quando o governo está tratando dessa questão. Está tramitando na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, há três, quatro meses já, o projeto de licenciamento urbanístico do Arado, que implica a cedência de 20% da área para a instalação da unidade de tratamento. Enquanto essa questão não for resolvida, nós não temos nada para resolver. O que nós precisamos é concluir o projeto de lei do regime urbano para viabilizar o empreendimento, porque tem um termo de compromisso que condiciona a doação à viabilização do empreendimento, que é também desenvolvimento para a Zona Sul. Eu perguntava há pouco para o Dr. Germano Bremm, que está aqui, como estava o assunto. A SMAMS também não renovou o convênio com o governo do Estado, que é o convênio que historicamente vige e que permite à SMAMS fazer licenciamento ambiental. Eu quero pedir ao ilustre colega líder do governo para cobrar do governo o andamento dessas coisas. Tem que passar na Cauge, tem que ser aprovado, tem que renovar o convênio com a SMAMS, senão nós não vamos conseguir avançar em nada do Extremo-Sul de Porto Alegre que precisa avançar, especialmente a partir da definição do terreno. Depois nós vamos definir se vai ser investimento próprio, se vai ser a Caixa, se vai ser locação de ativos, mas não adianta discutir isso agora, se nem o terreno tem. Era essa a contribuição que eu queria dar, agradeço o aparte. Muito obrigado.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): É sempre muito bom o aparte de V. Exa., vereador que está sempre bastante atento. Assumo o compromisso com V. Exa., Ver. Valter Nagelstein, de nós procurarmos o governo para saber qual a

situação em que está este projeto, para que a gente possa dar andamento, assim como vários outros projetos importantes para a cidade de Porto Alegre.

Quero, Ver. Engº Comassetto, trazer uma informação: no ano 2000, 80% do serviço de fornecimento da água e de saneamento básico na França era prestado por empresas privadas. Se na França, um país da Europa, um país de Primeiro Mundo, Ver. Hamilton, faz esse tipo de concessão, por que Porto Alegre não pode trazer esse debate para a Câmara de Vereadores, um debate sobre concessão de água e de esgoto em Porto Alegre? Não é a privatização dos serviços, e sim a concessão, para que, com a ajuda da iniciativa privada, com mais recursos, mais dinamismo, mais rapidez e agilidade, possamos melhorar o atendimento de toda a população de Porto Alegre, tanto no saneamento básico, quanto no esgoto – canalização e tratamento – e também na universalização da água, porque hoje nós sabemos que temos dificuldades de mandar água para as torneiras da cidade de Porto Alegre, principalmente na região da Lomba do Pinheiro, Extremo-Sul e Zona Sul. Então, é um debate que temos que fazer. Em vez de ficarmos discutindo e atacando o governo, atacando pessoas, fazendo discursos, muitas vezes, para atacar a pessoa do vereador, a pessoa do prefeito, por que não abrimos um debate da cidade que queremos, para que possamos continuar avançando? Nós temos várias pautas importantes para a cidade com as quais não necessariamente todos os vereadores concordam, mas podemos fazer um bom debate sobre a cidade que nós queremos e como a queremos, para que a população tenha o bom atendimento que ela merece. Para o cidadão que está lá na ponta não faz diferença se a água que vai chegar na sua torneira foi levada por uma empresa privada, ou se foi por uma empresa pública. O que interessa para este cidadão é que seja uma água de qualidade recebida na sua torneira. Assim o tratamento de esgoto: se não tivermos um bom tratamento de esgoto, Ver. Cassiá... Hoje mais da metade do esgoto de Porto Alegre não recebe tratamento, é despejado nos nossos arroios, no arroio Dilúvio e em outros, caindo no nosso lago Guaíba. E a água que todo porto-alegrense bebe sai do Guaíba, onde também é despejado esgoto sem tratamento. Temos que buscar soluções inteligentes para melhorar a qualidade do nosso saneamento e da nossa água. Em Paris, Ver. Cassiá, conseguiram chegar a 4%; a redução das perdas de água passou de 24 para 4%. Qual é a perda de água em Porto Alegre hoje? Quanto por cento da água tratada em Porto Alegre se perde, não chega até a torneira, porque temos deficiência nessa canalização e na entrega da água? Em Paris chegou a 4% a perda total da água tratada. Por que não seguirmos o mesmo exemplo.

Ver. Engº Comassetto, quando o senhor falou da desestatização que aconteceu em Paris foi que, depois de 1985, se fez uma concessão de água e esgoto dividindo a cidade em duas partes para duas empresas que receberam essa concessão. Quando, em 2010, terminou a concessão, o município resolveu não mais manter a concessão e pegou todos os ativos, tudo aquilo que foi construído nos 30 anos pela iniciativa privada. O município retomou, porque, como nós sabemos, privatização e concessão são coisas diferentes. Na privatização, você vende o ativo; na concessão, você concede para uma empresa prestar um serviço com muita mais eficiência por um período de tempo. Em 30 anos, Paris chegou a 100% da universalização da água e do

tratamento do esgoto e, com isso, hoje Paris recebeu de volta todos os seus ativos. Criou uma empresa municipal que está administrando aquilo que foi construído pela iniciativa privada. Talvez possa ser uma saída para Porto Alegre. Que Porto Alegre possa fazer uma concessão por um período de 20, 25, 30 anos, e a iniciativa privada, com muito mais agilidade, esperteza, mais autonomia e recursos próprios, possa fazer o trabalho que nós não conseguimos fazer nesses anos em Porto Alegre. Depois, quem sabe, lá no futuro, Porto Alegre, daqui a 20 ou 30 anos, possa decidir até retomar os trabalhos, pegar essa concessão de volta e administrar uma cidade melhor, com água tratada em todas as torneiras e com tratamento de esgoto com mais eficiência.

Portanto, está aberto e faço o desafio para que possamos fazer o bom debate para buscar as melhores soluções para a nossa cidade. Não o debate de atacar os vereadores, atacar o prefeito, mas o debate de ideias, buscando soluções para a nossa cidade de Porto Alegre. O que a nossa cidade espera dos vereadores, Ver. Valter, é este debate: o que fazer para melhorar a qualidade de vida do porto-alegrense, para que consiga viver com mais alegria e felicidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Professor Wambert solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 6 a 8 de maio de 2019. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Mauro Zacher.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; primeiro, o meu agradecimento ao Ver. Mauro Zacher pela cedência do espaço; segundo, ao Ver. Valter Nagelstein, por compreender o debate que estamos fazendo e deixar o seu pedido de verificação de quórum para após esta fala. Ver. Mauro Pinheiro, muito importante a sua fala e importante o debate na cidade de Porto Alegre. Quero fazer um esclarecimento sobre São Leopoldo. Eu não sou líder do governo nem aqui, nem em São Leopoldo, mas quero reproduzir as informações oficiais sobre o que está acontecendo neste momento, para poder voltar a me preocupar com o tema central, que é Porto Alegre. Ver. Mauro Pinheiro, em São Leopoldo, está ocorrendo redução de leitos, e o senhor, sendo líder do governo e aliado ao governo do Estado, poderia auxiliar. O que está acontecendo é que o Estado, que tem que repassar mensalmente R\$ 3 bilhões ao hospital de São Leopoldo, que é um hospital regional, tem repassado, em média, R\$ 250 mil. É óbvio que falta dinheiro, é óbvio que isso tem que ser analisado. Portanto, a partir deste momento, conto com a liderança do governo de Porto Alegre, o Ver. Mauro Pinheiro, para nos ajudar a fazer com que o governo do Estado cumpra o seu compromisso de repassar os recursos para a saúde. Nesse mesmo sentido, eu cumprimento o nosso líder da oposição, o Ver. Robaina, que, a partir deste momento, coordenará a Frente Parlamentar em Defesa do HPS em Porto Alegre. Quero

cumprimentar o Ver. Robaina. Essa é uma agenda em que, certamente, todos nós nos envolveremos para defender este patrimônio de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, que é o Hospital Pronto Socorro.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O querido colega, Ver. Comassetto, fala com propriedade sobre a questão da saúde. O Hospital Centenário, de São Leopoldo, atende a 16 municípios, e o governo do Estado liberou apenas R\$ 255 mil, quando deveria liberar mais de R\$ 3 milhões. Liberou para Sapucaia, e não liberou para São Leopoldo. Olhem o tratamento que o governador dá simplesmente porque são partidos diferentes. Nesse caso, não tem nem como comparar, há uma certa injustiça do próprio governador à medida que ele é quem diz que vai reduzir o atendimento médico, e não o prefeito. Nós que somos vereadores de Porto Alegre, Ver. Comassetto, estamos muito preocupados com a nossa cidade, não só na área de educação, de assistência, mas, principalmente, da saúde, como V. Exa. fala.

Com relação à privatização, às concessões que eles querem fazer, não é só no HPS, é no Pronto Atendimento da Bom Jesus, da Lomba do Pinheiro, lá da Cruzeiro. Enfim, percebe-se que a falta de gestão leva o governo municipal a cometer as maiores injustiças, porque quem está lá de madrugada nas filas são os cidadãos que não conseguem uma ficha para consulta médica. São centenas de cidadãos que não conseguem uma consulta com um especialista, uma baixa hospitalar, por isso nós queremos fazer o debate e discutir por que essa enorme rejeição do prefeito municipal. Forte abraço.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Ver. Oliboni. Quero dizer que saúde não é só hospital, saúde é saneamento básico, é água tratada. Eu gostaria de fazer um relato da atividade que desenvolvemos pela Frente Parlamentar em defesa do DMAE, presidida pelo colega Ver. Mauro Zacher, lá em Belém Novo, na última sexta-feira. Lá estiveram presentes, além deste vereador, o Ver. Mauro Zacher, que coordena os trabalhos, o Ver. Marcelo Sgarbossa e o Ver. Paulinho Motorista. O Ver. Mauro Zacher quase não conseguiu chegar em Belém Novo pelo fato de que, naquele momento, veio a chuva de sexta-feira e, literalmente, alagou a cidade de Porto Alegre. Aqui quero dizer que a Prefeitura deve para a cidade e para nós uma resposta: por que todo o sistema hidráulico de Porto Alegre está entupido? Por que não tem mais prevenção do sistema das casas de bomba? Por que, no momento em que o prefeito fez a fusão e transpôs o DEP para outro setor, não tem mais comando? Eu queria que o vice-prefeito Paim pudesse vir aqui prestar contas, pois a Polícia Federal fez intervenção no DEP, deu ordem de prisão para o seu ex-presidente por possíveis desvios públicos que foram feitos no Departamento de Esgoto Pluvial, dinheiro que deveria ter sido aplicado no saneamento básico e não foi! Isso, sim, tem que ser respondido, Ver. Adeli Sell, à cidade de Porto Alegre. Como o nosso papel é fiscalizar e cobrar, estamos fazendo isso. Além do mais, a audiência pública da Frente Parlamentar em Belém Novo foi um sucesso, porque, com toda aquela chuva, lá estavam mais de cem moradores e

lideranças debatendo, e a preocupação é unânime. Eu volto a afirmar: o DMAE é uma joia de Porto Alegre! O DMAE não pode ser destruído como está sendo destruído na atual gestão, Ver. Mauro Pinheiro. Eu vou trazer alguns pontos para dialogar com o senhor, porque nós somos aliados para corrigir isso, somos aliados para não deixar o DMAE ser destruído! O DMAE é a entidade que tem condições de prestar serviços adequados e qualificados e ainda é lucrativo, tem capacidade de investir. Falam muito aqui, e é um fato notório, conforme as declarações feitas, inclusive, pelo Ver. Valter Nagelstein, há pouco, dizendo que foram retirados do DMAE R\$ 300 milhões para a folha de pagamento. É verdade isso! É verdade! E isso não pode ser tirado do DMAE, esse dinheiro é para investir no saneamento da cidade!

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Comassetto, quero parabenizar V. Exa. pela fala neste período que lhe foi cedido pelo Ver. Mauro Zacher. Nesse tema, é verdade, nós estávamos lá na sexta-feira, Presidente Paulo Brum, foi uma audiência que se estendeu até quase às 22h com a comunidade do Belém Novo. Eu quero colocar que, infelizmente, o governo tem respondido a essa questão do DMAE... O DMAE é superavitário, presta um serviço de qualidade. A apresentação do técnico Calvet deixou muito claro o quanto o DMAE tem perdido de servidores, o quanto o prefeito tem centralizado os processos de licitação de compra de insumos. Isso tem prejudicado, justamente está faltando água por esses motivos. Nessa disputa de narrativa, é importante colocar que os representantes do governo têm dito que não é uma privatização. Ora, privatizar ou entregar para terceiros os serviços do DMAE é uma privatização dos seus serviços. Portanto, nós temos que sair desta disputa narrativa e ir para os dados técnicos que mostram a capacidade de execução que o DMAE tem, a capacidade de seus técnicos. A audiência pública no Belém Novo mostrou isso. Parabéns por trazer esse tema à tribuna da Câmara.

VEREADOR ENGº COMASSETO (PT): Os dados que foram apresentados na audiência pública apontam que o DMAE, a partir do ano de 2017, passou a sofrer uma forte ingerência do Executivo Municipal, diretamente do gabinete do prefeito. Mesmo com dinheiro em caixa, o Executivo impediu ações do DMAE, reduzindo drasticamente o investimento em comparação com a média dos gastos técnicos do DMAE. Também é bom salientar que, em decorrência das dificuldades impostas pelo prefeito, ocorreram atrasos nas aquisições de insumos e materiais para o tratamento da água e esgoto, o que é essencial para Porto Alegre, bem como deixaram de ser feitas contratações de pessoal para funções essenciais, gerando com isso uma piora do serviço de saneamento básico. O DMAE é uma joia da cidade de Porto Alegre, e nós precisamos analisar esses números. Nós não podemos deixar que o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre... E lá, em Belém Novo, nós ouvimos um depoimento da engenheira Odete, que se aposentou do DMAE e que esteve, por 30 anos, auxiliando todas as diretorias. Ela disse o seguinte: “Eu fui a Viena, eu fui a Berna, na Suíça e a outros países, pago por eles, para demonstrar os nossos trabalhos

aqui, como um departamento municipal pode ser eficiente e cobrar a menor tarifa d'água do Brasil". Aí, Ver. Mauro Pinheiro, tem um outro dado importantíssimo: na gestão do prefeito Marchezan, a perda de água, na cidade de Porto Alegre, aumentou 5,5%. Era 21% e foi para 27%. Essa fuga diária de água dá para abastecer 50 mil pessoas na cidade em projetos que poderiam ser desenvolvidos se essa fuga de água realmente fosse saneada. Quero dizer por que isso está acontecendo: diminuiu o número de funcionários. De 2017 até hoje, 750 funcionários do DMAE saíram e não foram repostos. Esse serviço fica em aberto e, se fica em aberto, é prejuízo para a estrutura pública que é o Departamento Municipal de Água e Esgoto. Eu poderia tratar muito mais o tema do DMAE, mas isso é importante.

Sobre a Estação do Arado, no Belém Novo, nós somos favoráveis, mas que seja executada pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos. Já tem projeto, o DMAE tem superávit financeiro, o DMAE está apto a captar dinheiro emprestado inclusive. Para resolver todo o problema de saneamento na cidade de Porto Alegre, precisaríamos, em média, de R\$ 1,2 bilhão. A Estação de Belém Novo custa em torno de R\$ 230 milhões, e o DMAE pode fazer isso com caixa próprio, assim como fez inúmeros projetos. E aí, para a Estação do Arado, o grave problema de abastecimento em bairros atendidos pelo sistema de Belém Novo pode ser minimizado com ações já levantadas pelos técnicos do DMAE. Quais são essas ações? Dentre várias, ampliar a própria estação de tratamento lá existente, diminuir as fugas, interligar os sistemas que existem, em que um compensa o outro, conforme o abastecimento da cidade. Tudo isso é possível. Portanto, meu prezado colega, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, venho aqui não só como engenheiro, como ambientalista, mas falo em nome das bancadas de oposição: a oposição quer ajudar a salvar esta joia de Porto Alegre, aceitem nossas sugestões, aceitem nossos argumentos, e vamos para a ponta do lápis para demonstrar que isso é possível.

Para finalizar, neste um minuto, trago aqui para mostrar novamente os dados, Ver. Mauro Pinheiro. (Exibe documento.) Os números que o senhor apresentou são coerentes com a realidade existente hoje. No ano 2000, foi feita uma campanha de privatização na Europa, a Inglaterra foi a pioneira, a partir de Margaret Thatcher. O que os europeus passaram a ver é que os serviços de privatização não eram aquela joia apresentada. A Alemanha já reestatizou 548 serviços, a França, 152; os Estados Unidos, 67; o Reino Unido, 62; a Espanha, 56 serviços. O serviço de transporte de todas as capitais da Europa é público, e não são ônibus caindo os pedaços como os nossos e que não passam no horário. São veículos leves sobre trilhos, os VLTs; são metrô, são trens integrados com sistema pluvial, onde existe; as ciclovias funcionam. É isso que nós queremos para Porto Alegre. Agradeço, Sr. Presidente, muito obrigado. Ver. Mauro Pinheiro, muito obrigado pela escuta das nossas falas, queremos debater. Agora é salvar o DMAE e salvar o HPS. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesete vereadores. Não há quórum.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1396/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 183/18, de autoria da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, que estabelece as normas de instalação e de funcionamento de circos itinerantes no Município de Porto Alegre e dá outras providências.

PROC. Nº 0083/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 044/19, de autoria do Ver. Paulo Brum, que inclui a efeméride Dia Mundial das Doenças Raras no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 28 de fevereiro.

PROC. Nº 2148/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 037/17, de autoria do Ver^a Mônica Leal, que institui o Código Ambiental do Município de Porto Alegre (CAM) e revoga as Leis nºs 8.267, de 29 de dezembro de 1998, 8.279, de 20 de janeiro de 1999, 8.896, de 26 de abril de 2002, e as Leis Complementares nºs 369, de 29 de janeiro de 1996, 755, de 30 de dezembro de 2014, 757, de 14 de janeiro de 2015, e 760, de 30 de março de 2015.

PROC. Nº 0042/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 026/19, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que inclui o evento Feira de Economia Solidária do Dia das Mães no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana anterior ao segundo domingo do mês de maio e inclui inc. IV no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.213, de 6 de fevereiro de 2012, e alterações posteriores, incluindo a Feira de Economia Solidária do Dia das Mães no rol de exceções à vedação de realização de feiras no Largo Jornalista Glênio Peres.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1355/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 159/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely e outros, que assegura aos doadores de sangue reserva de, no

mínimo, 1 (uma) vaga em estacionamento público ou privado situados em frente aos bancos de sangue e hemocentros localizados no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0101/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 054/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Doutor Aldo Leão Ferreira o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil e Um, localizado no Bairro Restinga.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu me inscrevi no período de discussão de pauta somente para fazer um agradecimento à Mesa Diretora por auxiliar na celeridade de tramitação do PLL nº 183/18, de autoria da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE, cuja presidência, no ano passado, coube ao Ver. Tarciso Flecha Negra, depois ao Ver. Reginaldo Pujol, com relação aos circos itinerantes. O Luciano já veio aqui por duas vezes pedir celeridade neste tema, nós conversamos na reunião de lideranças, e eu solicitei ao Ver. Reginaldo Pujol, que presidiu a reunião, que conversasse com a Procuradoria, para que acelerasse a elaboração do parecer, para que esse projeto pudesse correr as sessões de pauta, e aqui está. Agradeço a atenção de todos e peço que nós possamos, dentro das nossas comissões permanentes, dar celeridade a esse processo, para que ele possa vir a ser votado o mais brevemente possível, para facilitar a vida daqueles que trabalham nos circos itinerantes no Município de Porto Alegre. Um abraço a todos e uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Paulo Brum, demais vereadores e vereadoras; primeiro, quero responder ao meu colega Ver. Comassetto sobre a situação do repasse em São Leopoldo, porque que ele falou que o governo do Estado está repassando menos do que deveria. Essa foi uma atitude tomada pelo governo Tarso Genro em 2013, que escolheu alguns municípios para pagar menos. O governo Tarso Genro resolveu diminuir os repasses para São Leopoldo, na época governado pelo prefeito do PSDB. O governador Eduardo Leite continua pagando aquilo que o governador Tarso Genro determinou que deveria ser pago para São Leopoldo, o que ele achava correto na época. Claro que, se o nobre vereador acha que hoje estão prejudicando a cidade de São Leopoldo, que é governada pelo PT, tenho certeza de que o governador Eduardo Leite vai fazer todo o empenho para melhorar as condições da cidade de São Leopoldo, porque não é do interesse prejudicar nenhuma cidade, mas estão sendo repassados os recursos que o prefeito Tarso Genro definiu em

2013, Ver. Carús. Você vê como são as coisas, não é? Em 2013, o governador decidiu algumas cidades que deveriam receber menos, e São Leopoldo foi uma delas, porque era governada pelo PSDB; hoje, isso está invertido, o repasse é aquele que foi determinado pelo governador Tarso Genro.

Quanto à questão da desestatização da Europa que o Ver. Comassetto trouxe aqui, quero dizer para o Ver. Comassetto e para as pessoas que nos acompanham que, na verdade, o que está acontecendo é o fato de que a Europa, em determinado momento, precisava avançar tanto na parte da água quanto do esgoto, as necessidades eram grandes, o governo não tinha recursos suficientes para fazer as obras necessárias e fez concessões. Mais uma vez, quero lembrar o Ver. Comassetto que concessão é diferente de privatização. Na concessão, se concede por um período, que pode ser de 20, 25, 30 anos, para que uma empresa privada faça as obras necessárias. A Europa fez isso em diversas cidades, em diversos países. Foram feitas essas concessões, as empresas ficaram por um período de 30 anos e, durante esse período, fizeram os serviços que foram acordados dentro dos contratos. Ao fim desse contrato de 30 anos, essa desestatização que o Ver. Comassetto está falando, na verdade, é a não renovação da concessão. Mas os serviços, nesses 30 anos, foram feitos, executados, as cidades avançaram, a universalização da água e do esgoto foi atingida, portanto, teve um grande avanço, e hoje não há necessidade, porque essas cidades estão em outro estágio, estão com todo seu saneamento executado. Então, podem se dar o luxo de não precisar mais fazer concessões, ao contrário de Porto Alegre, onde em mais da metade da cidade nós não conseguimos fazer o saneamento que deveríamos fazer, não conseguimos fazer nem a canalização, quanto mais o tratamento do esgoto. Talvez essa seja uma das alternativas de se fazer uma concessão, para que uma empresa privada possa fazer o trabalho durante 25 ou 30 anos, e, depois desses 30 anos, com 100% do tratamento de esgoto, 100% da entrega de água, nós possamos retomar a atividade com uma empresa do Município. Essa é uma alternativa, assim como a alternativa da locação de ativos, sobre o que podemos também fazer uma discussão. O que nós temos é que fazer a discussão de qual é a melhor alternativa para Porto Alegre. Não estou nem declarando que é A, B ou C a alternativa correta, mas temos que fazermos o debate, buscar a melhor solução, para que, no menor prazo de tempo, possamos entregar um bom serviço à comunidade de Porto Alegre. Espero que se possa fazer um bom debate nesta Casa: se a melhor alternativa é continuarmos com o DMAE fazendo totalmente os serviços como uma empresa do Município, ou se é buscarmos uma empresa, através de uma concessão de água, uma de esgoto, ou de água e de esgoto, para avançar na cidade de Porto Alegre. Ou, quem sabe ainda, fazermos uma locação de ativos, em que uma empresa vem, constrói, entrega para a cidade de Porto Alegre, e o Município administra. São três alternativas, que nós possamos fazer um bom debate e tomar a melhor atitude para a cidade de Porto Alegre o mais rápido possível, para que possamos solucionar os problemas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.
Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h04min.)

* * * * *